

## IDENTIDADE SOCIAL: UNIDADE E SINGULARIDADE NA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

*Fernando Fleury Curado*<sup>1</sup>

### RESUMO

Este estudo procura analisar, a partir da leitura de diversos autores, algumas dimensões esclarecedoras das transformações ocorridas na vida de trabalhadores rurais que ingressaram no movimento de luta pela terra em diferentes experiências no País. Assim, aspectos relacionados com a origem e a trajetória dos trabalhadores, com a expressão de formas de resistência e pressão nos espaços de acampamento e assentamento, com a compreensão do processo que vivenciaram desde o início da experiência, com os avanços e os desafios na permanência na terra, com os mecanismos de organização interna e da participação dos mediadores e demais atores sociais permitiram a identificação de diferentes situações dessa luta, demonstrando a complexidade do vivido no interior desses espaços. Tais aspectos impediram, portanto, a visualização de caminhos únicos e pré-determinados na conformação desses atores sociais e permitiram o reconhecimento, nessas diversas leituras, de uma identidade social (de agricultor assentado) em construção, transitória, conflituosa e, nesse sentido, abarcada também por singularidades em suas formas de materialização.

**Termos para indexação:** reforma agrária, subjetividades, trabalhadores rurais.

### SOCIAL IDENTITY: UNIT AND SINGULARITY IN THE FIGHT FOR THE LAND IN BRAZIL

### ABSTRACT

The aim of this study is to analyse, based on the reading of several authors, some of the explanatory dimensions of the transformations that the life of the rural workers undergo when they enter the fight for land. Therefore, considering various aspects of the experience - aspects related to their origin and their life trajectories; the different types of resistance and pressure in camps and settlements; the understanding of the process that they have lived since the beginning of the experience; the progress and challenges in their staying on land; the internal mechanisms of the organization of the movement; and the participation of mediators and other social actors – it became possible to identify several different situations of that fight demonstrating the complexity of life inside those spaces. Considering those aspects it is therefore impossible to define these actors within the limits of unique and predetermined approaches. One is therefore able to recognize as from different perspectives a social identity (of settled farmer) in constant

---

<sup>1</sup> Engenheiro agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Sustentável, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Avenida Beira Mar, 3250, Centro, 49025-040 Aracaju, SE fcurado@cpatc.embrapa.br

F. F. Curado

construction, transitory, full of conflicts and, because of that, subject to singularities in their own building.

**Index terms:** agrarian reform, subjectivities, agricultural workers, land fight

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretende-se identificar e analisar alguns aspectos acerca das transformações ocorridas na vida de trabalhadores rurais diante do processo de assentamento rural no Brasil. De forma breve, buscam-se os elementos constitutivos das leituras mais recentes sobre reforma agrária e assentamentos rurais, o indivíduo e a coletividade no processo de luta pela terra.

Algumas dessas leituras aparecem apoiadas na compreensão de que a luta pela terra confere a possibilidade de construção de identidades sociais. Procura-se, nessa dimensão, explorar os limites da sustentação dessa perspectiva e investigar seus fundamentos. Noutro sentido, surge aquela dimensão cuja análise aparece alicerçada na conformação de singularidades, de novas subjetividades, das ações não circunscritas ao provável de um grupo. Nessa dimensão, da mesma forma, procura-se observar o poder explicativo da perspectiva, os limites e as potencialidades oferecidas ao entendimento da realidade de vida nos assentamentos rurais.

Nesse sentido, pretendem-se buscar caminhos que demonstrem que o aparecimento do agricultor assentado realiza-se como um processo de luta heterogêneo, um produto da interação entre fatores internos e externos ao assentamento, mostrando-se constantemente marcado por continuidades e descontinuidades.

## IDENTIDADES E SINGULARIDADES

A idéia do aparecimento do agricultor assentado como um ‘processo’ aparece tanto em Novaes (1987) quanto em Gomes (1995), mesmo que analisando realidades distintas. No primeiro estudo, a referência a processo é utilizada para explicar o surgimento da identidade de camponês, mostrando que o fenômeno é consequência das relações estabelecidas “entre categorias sociais” e não da influência de “valores culturais pré-existentes”. Nesse sentido,

a noção de processo é remetida ao conjunto das relações sociais que resultam do “enfrentamento e delimitação de espaços” (NOVAES, 1987, p. 103).

Já em Gomes (1995), o emprego dessa referência cabe às práticas dos assentados, ou seja, aos efeitos da produção de subjetividades e não de identidades. Na autora, a resistência representa apenas “uma das possíveis criações” que emergem do ‘processo’ de luta pela terra. Assim, reforça o caráter criativo/inventivo na vivência dos assentados em suas práticas. Nesse estudo, o questionamento ao uso da categoria identidade aparece ao se identificar que tais leituras, apesar de evidenciarem um sujeito da resistência construído “na experiência, na trajetória individual ou coletiva, na afirmação da identidade, na autoconstrução da classe”, mostram-no, já em seu nascimento, “com uma marca, com um caminho pré-determinado”, nesses casos, o enfrentamento e a resistência.

Ferrante (1994) indica o mesmo problema ao refletir sobre trabalhadores volantes e a constituição de assentamentos no interior de São Paulo. Como afirma a autora:

A construção das lutas não tem caminhos nem espaços únicos; assim, pensar a identidade dos trabalhadores como resultado necessário de um processo parece-me problemático. Correria o risco de naturalizar o processo e cair, por outras portas de entrada, em uma visão finalista (FERRANTE, 1994).<sup>2</sup>

Antes de se avançar nessa reflexão, é conveniente que se busque a abordagem sobre os aspectos internos envolvidos na luta pela terra, ou seja, aquilo que é inculcado, a percepção da realidade objetiva, leituras, traduções, as negociações e elaborações internas. Não se trata de privilegiar unicamente a análise pela dimensão subjetiva. No entanto, atentar para o lugar dessa dimensão implica considerar as experiências vividas, o conjunto das relações e práticas sociais realizadas em outros espaços de vida, ou seja, o passado de homens e mulheres. Significa, igualmente, perceber o presente, o momento atual, as realizações e os dilemas, além de favorecer a visualização do futuro, dos sonhos e dos desafios que a nova realidade oferece.

<sup>2</sup> A autora, nessa crítica, está se referindo a uma noção particular de identidade como um processo pré-determinado e que conduz necessariamente à autoconstrução das classes, categorias ou grupos sociais. Como veremos adiante, esse tipo de leitura não se mostra incorporada em todas as formulações baseadas na perspectiva de identidade.

## EM DIREÇÃO AO SUBJETIVO

A abordagem sobre o subjetivo é desenvolvida por Costa (1993) ao retratar a dimensão interior dos trabalhadores de um assentamento em Mato Grosso do Sul. No estudo, a autora procura “trabalhar com as representações imaginárias daqueles lavradores, expressas nos símbolos, mitos e canções”. Nesse intuito, não se reserva somente ao presente, mas principalmente no passado dessas pessoas, identificando as experiências vividas em outros locais e observando como tais experiências reaparecem e dão sentido ao presente.

Nessas representações, principalmente sobre a terra (“vivenciada, por eles, como um mito”), fica evidenciado que esses trabalhadores “(re) constroem suas identidades de homens da roça (...) pela tradição” [e também] “pelos ritos” (COSTA, 1993). As descrições referentes àquilo que se passa nas representações dos indivíduos, como aponta Queiroz (1988), foram incorporadas pela sociologia ao longo do tempo, ganhando peso e direcionando as investigações ao campo do subjetivismo, percebendo-se que tal perspectiva “não decorre exclusivamente de bases biológicas e psicológicas, porém que se desenvolve numa coletividade, sendo portanto revelador desta”.

Objetividade e subjetividade, nesse sentido, estão presentes em Novaes (1987) quando, analisando o processo de conformação de uma identidade político-religiosa junto aos trabalhadores rurais da Paraíba, afirma:

(...) se a identidade político-religiosa hoje vigente articula elementos subjetivos e situações objetivas, passado e presente em uma totalidade dinâmica e não necessariamente harmoniosa, compreender seu significado em um processo de autoconstrução da classe exige que não nos detenhamos apenas nos ‘momentos espetaculares’ das lutas sociais (NOVAES, 1987 p. XIV).

É nesse sentido que a autora dirige sua atenção aos “símbolos, noções e idéias fundamentais” presentes no pensamento, no discurso e no comportamento dos camponeses em diferentes momentos da luta.

Fernandes (1995), numa leitura da luta pela terra e da formação do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em São Paulo, com o aporte no referencial dos movimentos sociais, observa que tanto os fatores objetivos quanto os subjetivos “contribuíram efetivamente para a conscientização dos trabalhadores, enquanto sujeito coletivo e, conseqüente-

mente, para a criação de uma identidade social e política, o que possibilitou o avanço da luta” (FERNANDES, 1995, p. 103). Isso porque a elaboração de tais fatores favoreceu a organização dos trabalhadores, a “espacialização da luta e territorialização do MST”.<sup>3</sup>

Nos diferentes estudos envolvendo o movimento de luta pela terra, a percepção da realidade de exclusão parece permear o imaginário dos “sem-terra”, orientando, num primeiro momento, a constatação de uma situação de caos em que se encontram, da posição que ocupam no campo das relações sociais e da necessidade premente de (re)arrumação do espaço de vida.

Na percepção dessa realidade, ocorre, em algumas situações, o estabelecimento de uma situação conflitante com o que já existia, ou seja, uma identidade negativa de “sem-terra”, como um infrator, sendo originária de uma imagem socialmente atribuída pelo discurso dominante. Nesse aspecto, o reconhecimento coletivo da noção de direito pelos “sem-terra” concede outros significados para a realidade de vida em que se encontram. Mostra-lhes que não ter a terra, local de trabalho, sustento da família – funções consideradas positivas por sugerirem valores primordiais para o conjunto da sociedade em que vivem – não é decorrência do acaso ou da incapacidade desses atores, mas sim resultado de um processo de exclusão a que foram submetidos ao longo do tempo.

Já a ocupação de terras como estratégia de luta confere elementos objetivos e subjetivos que expressam valores negativos baseados na ilegalidade. Assim, “a terra, como objeto de luta, entra, num primeiro momento, como marca da ilegalidade. Invadir uma área, organizar-se para uma ocupação, são vistos como marcas ilegais” (FERRANTE, 1990, p. 107).

Chaves (1987), em estudo sobre a construção de identidades durante o processo de luta por moradia, descreve que uma nova identidade, a de “posseiro urbano”, é construída em detrimento à outra, anterior, “de invasor”, atribuída e disseminada pelo pensamento dominante.

---

<sup>3</sup> Para Fernandes (1995), a espacialização refere-se à “reprodução das experiências, que foram construídas a partir das dimensões do espaço de socialização política, em vários e diferentes lugares do território. É a busca do recomeço com novos sujeitos o que permite um constante **re-fazer-se** na sua formação” (grifo do autor; pág.167). Já no tocante à territorialização do MST, afirma ser “compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais”.

F. F. Curado

Com isso, segundo a autora, a “identidade de invasor” pode ser:

Ao mesmo tempo, assimilada e temida, e, todo trabalho dos moradores envolvidos nos movimentos de defesa da terra, se concentrará no esforço de reformulação dessa imagem ou na elaboração de explicações de conteúdos distintos aos transmitidos socialmente, e, no limite, na construção de uma nova identidade (CHAVES 1987, p. 10).

A compreensão de que o direito é legítimo e sobrepõe-se à ilegalidade vai sendo gradativamente formulada na própria luta desses agentes, ao passo que novas categorias de percepção são assimiladas, ganhando novos significados, além daqueles fornecidos pelas conquistas e derrotas que são efetivadas. Nesse aspecto, desenvolve-se a contribuição resgatada muitas vezes da própria religiosidade dos envolvidos, no ideário da justiça divina e igualdade entre os homens “filhos de Deus”. É nessa perspectiva, ou seja, do direito à terra como um preceito divino, que se orienta a atuação de parte da Igreja Católica em seu trabalho junto aos que lutam pela sua conquista.

Aliada ao aspecto da religiosidade, está, como referido anteriormente, a percepção de que se encontram excluídos de outros meios de acesso à terra e de ações do poder público que os favoreçam na concretização desse sonho, levando-os finalmente à elaboração simbólica de um “outro direito, fora do código civil”(RAPCHAN, 1993, p. 191)<sup>4</sup>.

### EM OPOSIÇÃO À...

No plano das relações sociais, a luta de classes ou grupos, as oposições, as resistências e enfrentamentos são marcas asseguradas nas análises sobre a luta pela terra e as leituras referentes à construção de identidades. Borges (1989), em estudo sobre assentados da Fazenda Reunidas, em Promissão, interior do Estado de São Paulo, procura mostrar que a identidade de grupo se constitui numa relação de oposição aos fazendeiros. Nesse sentido, defende o caráter contrastante existente nas relações estabelecidas entre trabalhadores

---

<sup>4</sup>O descrédito às leis e normas instituídas pelo Poder Judiciário está associado à freqüente morosidade nas desapropriações de terra; à agilidade nas ordens de reintegração de posse, enfim, na postura de alguns de seus representantes no que diz respeito ao favorecimento dos latifundiários em detrimento dos “sem-terra” nas disputas judiciais. Como afirma o coordenador do Setor de Direitos Humanos do MST: “No caso da reforma agrária, podemos afirmar que o Poder Judiciário não tem atuado de forma imparcial” (STROZAKE, 1996, p. 25).

rurais e fazendeiros (e também com o Estado) no processo de luta pela terra. Esta luta favorece a constituição de uma identidade coletiva. No plano da oposição entre grupos, nas relações configuradas nesse espaço, bem como nas dimensões interiores (da pessoa humana), a autora admite a existência de singularidades na ação dos trabalhadores. Assim:

... identidade expressa tanto igualdade (...) quanto diferença (...), podendo também expressar unidade, transmutação (...). É, pois, a própria revelação da singularidade (...), e da pluralidade (...); enquanto atributos da pessoa humana que se manifesta através da palavra e da ação (BORGES, 1989).

O estudo de Rapchan (op. cit.) também fornece pistas da referência à ‘pessoa’ e da identificação de singularidades. Sua abordagem desenvolve-se numa perspectiva do surgimento de um grupo de “Sem-Terra”, preferindo tratar não de identidades, mas de “planos de identidade”, “discursos de identidade” ou ainda de “matizes de identidade”. Para a autora, a construção do grupo apóia-se na “ótica da identidade”, porém vai mais além. Diante da compreensão da “pluralidade de conteúdos” existente nas representações dos assentados (não apenas a dimensão político-religiosa está presente, mas diversos elementos da vida grupo), a autora remete à noção de ‘pessoa’. Com isso:

Não são, portanto, os padrões da identidade político-religiosa de Sem Terra que orientam práticas como as dimensões privadas do culto sagrado-religioso, a organização da unidade de produção familiar, os usos e costumes fundados numa reciprocidade(...). É a construção da pessoa, instalada no devir, que é capaz de abarcar estas dimensões e apontar respostas que transcendem os interesses puramente econômicos, ou puramente políticos... (e que expliquem) o intrincado universo de motivações capazes de deslocar estas pessoas a lançarem-se na luta (RAPCHAN, 1993, p. 204).

No trecho apontado, aparece a nítida preocupação com aquelas ações levadas a cabo pelos assentados e que não estariam explicadas por uma identidade político-religiosa construída na luta, mas sim, como aposta a autora, na construção da pessoa, ‘no devir’.

Em todos esses trabalhos, porém, as categorias ‘luta’ e ‘resistência’ colocam-se como primordiais por tratarem da formulação ideológica da noção de direito à terra, o espaço de vida. A internalização da luta pela terra como um direito possui embutida a capacidade de reduzir, em parte, a “desigualdade jurídica” (CHAVES, op. cit.), ao menos por colocar “sem-terra” e

“proprietários” sob as mesmas possibilidades de “exercício de um direito”. Noutra aspecto, essa noção altera sua imagem até então qualificada negativamente como infrator. Faz aparecer ainda “rudimentos da noção de cidadania, o que, evidentemente, repercutirá na sua relação com a autoridade do Estado e na sua localização na sociedade civil” (CHAVES, op. cit.).

Se por um lado configura-se uma relação de negociação e de submissão dos trabalhadores ao poder do Estado após a entrada na terra, por outro é na identificação dos “proprietários” como opositores que se estabelece, na maioria dos estudos, a situação essencial para o enfrentamento e para a construção de identidades. Essa análise da conformação de identidades em oposição a outro grupo, como já apontado, é compartilhada por Novaes (op. cit.) quando, observando a construção da identidade camponesa na Paraíba, afirma que “a luta pela Reforma Agrária unia a todos na medida em que tornou-se um denominador comum entre diferentes categorias em sua luta contra o latifúndio” Novaes, (1987, p. 91)<sup>5</sup>. Ou ainda:

É a alteridade definida com os padrões que fundamenta o aparecimento do camponês (...) Ser camponês, neste contexto, é se diferenciar do próprio passado, e se diferenciar, também, de outros trabalhadores ‘encabrestados’, para se opor ao latifúndio. Isto é, às normas e regras que regulamentam sua vida no interior das grandes propriedades (NOVAES, 1987, p. 104).

Rapchan (op. cit.), baseada na discussão antropológica sobre a conformação do “Nós” e do “Outro” na construção de identidades, distingue, como limite desse processo, a identificação de um “Nós” que congrega os trabalhadores envolvidos diretamente no MST, além daqueles trabalhadores que não possuem terra (assalariados, meeiros, arrendatários, parceiros) ou ainda os que a possuem em pequena quantidade, ou seja, os pequenos produtores. Ainda nesse “Nós”, encontram-se os grupos que os apóiam ou aqueles que os representam, como alguns setores da Igreja, os sindicatos, setores da Igreja, alguns partidos e o próprio MST.

Em oposição ao “Nós”, surge o “Outro”, qualificado como “aquele que detém poderes e privilégios desiguais: econômicos, políticos e sociais em

<sup>5</sup> Como afirma a própria autora, o termo latifúndio empregado, “não é uma propriedade com tais ou quais características, é antes de tudo um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados nas instâncias do poder local” Novaes, (1987, p. 98).



detrimento dos sem terra. O outro é o com terra, é o que possui aliados a esta condição de proprietário, poderes e privilégios” (RAPCHAN, 1993, p 25).

Em analogia, Costa (op. cit.) trata dessa distinção utilizando duas representações: “nós” e “eles”. Segundo a autora, “‘Eles’ significa os estranhos, os traidores das comunidades, e o ‘nós’ designando os membros do assentamento”.

Nesse sentido, Franco (1992), analisando a conformação da identidade de “colono sem-terra” no Paraná, descreve as primeiras iniciativas de confronto ocorridas entre os “colonos” ameaçados de exclusão e os “granjeiros” (os patrões). Ao interiorizarem essa situação de exclusão, os “colonos” reunidos em “grupos de reflexão”<sup>6</sup> conseguem perceber as diferenças de interesses e se contrapõem aos “granjeiros”. Nesse sentido, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se apresentaram como o principal espaço de reflexão, onde os trabalhadores, principalmente aqueles do campo, reuniam-se em suas comunidades, internalizavam a realidade de vida, percebiam-se como iguais e fortaleciam suas formas de organização.

Segundo Fernandes (1995, p. 82), as CEBs eram:

“lugares sociais onde as pessoas participavam das mais diversas formas: ensinando a partir da sua própria história, ou associando com o conteúdo dos livretos ou da Bíblia. Construía-se um espaço personalizado e coletivizado”.

Nelas é que “nasceram as novas experiências de luta pela terra”. O espaço social originado das CEBs permitiu que fossem criados mecanismos não só de identificação dos opositores, como também de ações concretas em direção à conquista da terra.

Os confrontos, em alguns casos, aparecem associados à noção de resistência – categoria bastante sugestiva às reflexões sobre identidade por conferir a idéia de apreensão da luta, pressão e, principalmente, de poder. A resistência tem sido destacada no âmbito das reflexões sobre os movimentos sociais agrários, demonstrando que pode assumir formas distintas (GRZYBOWSKI, 1990; MEDEIROS, 1989; MARTINS, 1986, 1989; SCHERER-WARREN, 1993). No caso das experiências dos “sem-terra”, a

<sup>6</sup> Segundo Franco (1992, p. 72), os grupos de reflexão seriam “uma das expressões que assumiriam as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs”. As CEBs surgiram nos anos 60 no Brasil como consequência da reorientação da Igreja Católica face aos problemas sociopolíticos que afetavam as sociedades, principalmente a latino-americana.

resistência, antes de ser exteriorizada, é produzida e articulada internamente de forma associada à visão de insistência, de busca do propósito da conquista da terra e de condições favoráveis de vida e produção nesse espaço. É assim que se transforma em estratégia de luta, não só em situações de acampamentos e ocupações, como também em outros momentos em que seus interesses são ameaçados.

Dessa forma, mecanismos de pressão (mobilizações, ocupações de prédios públicos, romarias, caminhadas, acampamentos, entre outros) surgem como elementos essenciais na instrumentalização da resistência e na conformação de uma identidade político-religiosa engendrada durante a experiência de luta pela terra.

### UM APRENDIZADO POLÍTICO

A noção de experiência como categoria de análise sociológica para Costa (1993) vem atualmente sendo incorporada na teorização sobre os movimentos sociais, após longo período associada às análises funcionalistas. Esse direcionamento, para a autora, dá-se efetivamente “pelo seu (da experiência) caráter criador e potencialmente transformador”.

Nesse aspecto, em relação ao movimento de luta pela terra, pode-se afirmar que são encontradas, nas mais variadas experiências vivenciadas no campo, as condições de operacionalização dos diferentes mecanismos de pressão. É assim que as experiências vivenciadas na organização e na luta, marcas da origem e da trajetória dos assentados e nos seus “habitus” (BOURDIEU, 1983), aparecem muitas vezes traduzidas nas formas como as pressões se manifestam. Isso ocorre porque tais experiências são recorrentemente utilizadas na construção das representações sociais e nas práticas desses assentados.

Gomes (1995), baseando-se na origem e na trajetória das famílias, aponta a importância das experiências relativas à tradição de enfrentamento em outras formas de luta para se perceber a heterogeneidade e contrapor os interesses distintos entre os grupos de assentados. Diante disso, observa que aqueles agricultores cujos familiares estiveram envolvidos com os primeiros movimentos de luta pela terra no Paraná correspondiam ao grupo com melhor poder de união, de organização e de embate com o Estado. Nesse aspecto, empresta poder ao vivido, às experiências e às possibilidades de novos caminhos. As experiências de vida e de luta e o “habitus” de assentado aparecem nas práticas

atuais dos assentados na (re)elaboração de novas experiências que possibilitam a emergência de singularidades<sup>7</sup>.

Outra idéia por vezes associada à resistência encontra-se no significado do poder que sua ação permite alcançar. Com o exercício do poder, vencem-se as formas de medo, reduzem-se as fronteiras do permitido e do legal, em nome da conquista da terra. Esse poder é conferido pela prática da resistência, seja na luta cotidiana, seja nas formas de pressão que recorrem e/ou elaboram. O poder representa, por esse motivo, um constante aprendizado político que não se realiza de outra forma do que na vivência dos conflitos, no envolvimento nas lutas e na identificação de saídas.

O momento de negociação com o Estado, como exemplo, aparece muitas vezes como um momento de extrema importância para os grupos, por exigir, principalmente das lideranças, a capacidade de encaminhamento das propostas levantadas, de buscar aliados nas cidades e de pressionar. Portanto, “negociar significa o exercício do poder enquanto resistência” (GOMES, op. cit.). Há quase sempre nesses momentos a intenção de tornar a luta visível para a sociedade urbana:

Também na cidade os ‘sem-terra’ identificaram aqueles que lhes eram ‘a favor’, que de alguma forma colaboravam com a sua ‘luta’. Politicamente este também foi um tempo (referindo-se ao período de negociações) de articulações, de busca de apoios e aliados (FRANCO, 1992, p. 140).

Diante dessa realidade, a resistência tem um sentido que muitas vezes extrapola a defesa em retaguarda. Significa colocar em ação a criatividade na formulação de mecanismos de pressão em outras estratégias de luta, como na relação entre a educação escolar e as experiências nos acampamentos e assentamentos. Nesses espaços, as questões relacionadas aos aspectos do ensino e aprendizagem são colocadas no conjunto das reivindicações dos assentados, na metodologia empregada, na construção de escolas, no transporte de estudantes do assentamento às escolas na cidade, nos esforços para a aquisição de material escolar, carteiras, e outros objetos, enfim, em diferentes situações que demonstram que a educação ocupa um lugar de destaque nas preocupações dos assentados.

<sup>7</sup>Romano (1987, p. 62), nesse aspecto e a partir de Bourdieu, fala em “habitus singulares”, ou seja, aqueles “sistemas de disposições individuais (...) variantes estruturais do ‘habitus do grupo’ exprimindo as diferenças entre trajetórias e posições dentro e fora da classe”.

Noutro sentido, ainda refletindo o peso que a questão da educação encontra em algumas experiências de luta pela terra, surgem observações sobre a organização dos assentados em relação à qualidade do ensino nos assentamentos. Traduzem-se efetivamente em reivindicações por um ensino voltado à realidade de vida e de luta dos educandos. Essas preocupações e envolvimento encontram explicação e sentido no “devir”, ou seja, na idéia de que a valorização desse espaço educacional está associada à garantia de um futuro que propicie melhores condições de vida e de consciência política a seus filhos.

### HETEROGENEIDADE E DIFERENCIAÇÃO

O espaço social caracterizado pelos assentamentos rurais é visto muitas vezes como um espaço não homogêneo. Heterogeneidade e diferenciação, como observado anteriormente, são expressões que aparecem relacionadas à noção de identidade e às tentativas de se encontrar elementos que caracterizem as diversas experiências, aproximando-as a ‘modelos’ de assentamentos e condicionando-as às ações dos assentados. Noutro sentido, a heterogeneidade abre caminho para a identificação de ações não identitárias, do “fazer-se diferenciado” (FERRANTE; BERGAMASCO, 1992, p. 05).

As motivações existentes na consolidação das diversas experiências de luta pela terra podem ser consideradas como um aspecto relevante nas reflexões sobre esta diferenciação.

#### Motivações: origem, trajetória e organização interna

Destacando inicialmente a identificação de singularidades nas motivações para a luta, a experiência dos bóias-frias analisada por Ferrante (1990) mostra-se bastante oportuna exatamente por desnudar a diferenciação existente na construção da luta. Assim, nessa experiência descrita pela autora, o “assentado luta para reorganizar seu modo de vida sob distintos matizes”, demonstrando que a busca desse novo espaço pode ocorrer por distintas motivações, quais sejam: “luta contra estratégias patronais voltadas para sua expulsão do mercado de trabalho, luta contra o insuficiente atendimento de suas necessidades de reprodução social, luta, na condição de migrante, ex-pequeno proprietário, ex-parceiro ou ex-arrendatário por reingressar na terra, situação perdida ou da qual foi expulso” (FERRANTE, 1990, p. 109).

Percebe-se que tais motivações têm uma relação direta com a origem e a trajetória dos trabalhadores que ingressam na luta. Na origem e na trajetória das famílias, como já destacado, encontram-se várias informações referentes à sociabilidade dos assentados. Nelas podem-se visualizar a conformação dos grupos, as afinidades e os laços de solidariedade, os confrontos, as rupturas e os desenlaces.

D’Incao (1991), em estudo de caso no interior de São Paulo, analisa o modo como a origem dos assentados mostra-se fortemente marcada pela presença de trabalhadores urbanos (fato que utiliza para explicar a conformação da organização interna do assentamento e a capacidade dos trabalhadores em lidar com o “cultivo da terra”), esclarecendo que o motivo observado na decisão pelo ingresso na luta pela conquista da terra tem sua origem na “inter-relação de suas trajetórias individuais com a história social recente” (D’INCAO, 1991, p. 87). Nesse aspecto, refere-se às trajetórias dos trabalhadores e, nesse estudo específico sobre os bóias-frias, às suas experiências de “trabalho não qualificado e superexplorado pelo processo produtivo dominante” que os unificava em direção à luta pela terra. Refere-se também à própria “conjuntura política do início do período de transição” que apresentava perspectivas favoráveis aos movimentos sociais após o período de ditadura militar no País.

Em Borges (1989), a busca de respostas para as motivações nas diferentes trajetórias de vida dos assentados também é perseguida como uma estratégia necessária ao conhecimento da sua identidade, ou seja: “É preciso conhecer melhor a sua trajetória, a sua história, para descobrir realmente sua identidade, o seu ser, com eles mesmos, com os outros, com a terra onde pretendem assentar” (BORGES, 1989, p. 80).

A idealização do retorno à terra representa a principal motivação da maioria dos envolvidos nesse movimento, unificando-os em torno do mesmo projeto político. Scherer-Warren (1989) identifica a categoria “projeto” como também associada à teorização sobre os movimentos sociais, por expressar “uma utopia de transformação”, a intenção de superar uma determinada situação ou, ainda, por relacionar-se “à busca da realização de objetivos mais imediatistas do grupo, presentes em seu cotidiano” (SCHERER-WARREN, 1989, p. 16). Nesse sentido, o projeto de voltar para a terra como motivação para a luta pode ter causas particularizadas que atuam conjuntamente e ganham força em determinados momentos e alguns contextos específicos.

Costa (1993, p. 180), analisando a trajetória de alguns assentados em Mato Grosso do Sul, considera que junto às condições políticas que favoreciam a migração de brasileiros para o Paraguai dando origem aos chamados brasiguaios<sup>8</sup> estava a “identificação cultural do homem com a terra”. Havia “o forte desejo de preservarem suas identidades de ‘homem da roça’, de manterem sua ligação estreita com a terra, como se essa fora parte de si mesmos”. As origens e as trajetórias distintas não impediram que a identidade de assentado fosse construída. O peso da experiência de assentamento é apreendido no conjunto das representações simbólicas do grupo, possibilitando novas leituras da realidade social em que vivem. Isso porque é “no jogo, entre realidades heterogêneas e homogêneas, que constitui as experiências forjadoras da identidade humana” (COSTA, 1993, p. 36).

A percepção da diferenciação pode ser vista em Franco (op. cit.), apesar da forte motivação pela terra. Segundo a autora, se por um lado o ser colono<sup>9</sup>, voltar à terra, tornou-se o elemento motivador da luta pelo seu acesso, por outro não implicou a ausência de divergências, de oposições. Esses elementos de diferenciação foram identificados até mesmo no momento de acampamento, quando geralmente, nas análises, visualizam-se somente homogeneidades.

Ainda na esfera das motivações, Gomes (1995) encontra no “querer a terra” um elemento unificador em torno da luta. Esse ‘querer’ potencializa as diferenças internas, tornando-as mais perceptíveis como um reflexo de diferentes subjetividades. Isso fica visível quando afirma:

Alguns aceitavam a expropriação e, com ela, a proletarianização ou a miséria absoluta; um número significativo engajava-se na luta, alguns com a família,

---

<sup>8</sup> Brasiguaios é o termo utilizado na autodenominação daqueles agricultores brasileiros que desde meados da década de 1960 e na de 1970 deslocavam-se para terras paraguaias expulsos pela modernização da agricultura no Sul, ou pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, além dos efeitos atrativos propiciados por acordos políticos entre os dois países sobre as questões de fronteira. Muitos destes agricultores, já na década de 1980, retornaram ao Brasil e se apresentaram como grupo disposto a lutar pela terra. Como informa Sprandel (1993), os brasiguaios se diferenciavam dos chamados posseiros ou sem terra ao lutarem não por “um imóvel em específico, mas sobre o próprio território nacional”. Configuravam-se na forma de “grupo que reacionou antigos símbolos nacionais para se instrumentalizar na competição por recursos com outros grupos. Utilizavam uma identidade comum, de auto-atribuição, que os organizou politicamente e definiu suas fronteiras...” (SPRANDEL, 1993, p. 18).

<sup>9</sup> Em Zimmermann (1989, p. 154), o “ser” colono representou “o móvel principal da luta pela terra”. Nisso, a “efetivação do projeto de ser colono” significava “ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sob seu controle a organização e os resultados da produção”.

outros sozinhos; alguns viam o movimento com certa cautela; outros procuravam ajuda com os poderes locais – prefeito, Igreja, etc.; outros se aproximavam quando alguma conquista se efetivava, enquanto outros abandonavam a luta se não percebiam vantagens imediatas (GOMES, 1995, p. 18).

De um lado, tem-se a diferenciação identificada em tempos distintos, até mesmo no processo de acampamento, camuflada por uma “situação de homogeneidade” porém sendo criada pela motivação de se tornar “colono assentado”, mesmo diante da incerteza da posse definitiva da terra e da “sensação de desestruturação de si e do mundo à sua volta” (FRANCO, op. cit., p.120). De outro lado, tal diferenciação localiza-se igualmente na circunstância do acampamento<sup>10</sup>, influenciando no conjunto das decisões dos trabalhadores em suas mais diferentes estratégias. Nesse aspecto, as diferenças em torno das motivações para a conquista da terra reforçam o caráter de “não-linearidade na construção da luta” (GOMES, op. cit., p. 18). Assim:

O que se observava é que a mesma condição objetiva – ser sem-terra ou ser assentado – não implicava práticas homogêneas. De um lado, porque nem todos que perdem a terra lutam para tornar a obtê-la e, entre os que lutam, as estratégias de luta são diferenciadas (idem).

Essas leituras apresentadas demonstram que o cotidiano dos assentados, a convivência e os pequenos fatos da vida diária estão cercados por momentos de discordâncias, de conflitos, de diferenciações. As situações vivenciadas em tempos e motivações distintos desnudam divergências internas e apontam para a possibilidade de novas estratégias. Mas junto àqueles que se decidem pela permanência no processo (sejam quais forem suas motivações e divergências), mantém-se a continuidade do sentimento de pertencimento à ‘luta’. Além disso, continuam se percebendo e sendo reconhecidos como “sem-terra” ou ainda (posteriormente) como agricultores assentados.

No âmbito da organização interna – processo em que a heterogeneidade é predominante –, as análises têm se pautado, em vários casos, pela reconstituição

<sup>10</sup> No tocante ao momento do acampamento, Gomes (*op. citada*) ainda afirma: “O acampamento é um momento de ruptura, em que se criam novos caminhos, novas estratégias. A concretização desses caminhos não se dá de forma homogênea: o próprio acampamento é um espaço heterogêneo, mas é também um momento em que as diferenças ficam diluídas pela precariedade de condições, de espaço, pela insegurança, imprevisibilidade, pelo desconhecido. A situação de fragilidade e vulnerabilidade em que vivem os acampados dilui as diferenças, fazendo com que se construam novas relações, marcadas por uma aparente homogeneidade” (GOMES, op. cit. p. 149).

da conformação dos grupos nos acampamentos e assentamentos rurais. É o olhar em direção à origem e trajetória dos seus componentes na busca de respostas aos conflitos, contrapondo grupos sociais distintos e identificando os entraves à sociabilidade nos assentamentos.

O trabalho de Zimmermann (1989) destaca-se, nesse sentido, por ressaltar outros elementos além da origem e trajetória das famílias assentadas e conferir heterogeneidade à conformação da “identidade de colono assentado”. Com isso, procura refletir sobre aspectos como o “tamanho das famílias, composição e ciclo de vida, situação étnica, localização espacial na terra recebida e formas organizativas assumidas para a produção” (ZIMMERMANN, 1989, p. 10). Tais aspectos são analisados pela autora na intenção de destacar os mecanismos internos envolvidos na organização social e produtiva no assentamento e as contradições explicitadas por esses atores sociais diante da imposição do modelo de cooperação agrícola idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Alguns estudos nessa direção procuram obter respostas para o envolvimento e participação dos assentados em associações; as dificuldades na adoção da cooperação agrícola, modelo preconizado pelo MST (CAZELLA, 1992; TORRENS, 1992; PAULILO, 1990); a prática das lideranças (D’INCAO; ROY, 1995) e, principalmente, o papel do Estado (FRANCO, 1992) como articulador/desarticulador das formas de organização dos assentados. O que também parece estar intencionalmente evidenciado nesses estudos é o comportamento do(s) assentado(s) diante da possibilidade de contar com um espaço formalizado (ou não) para a discussão sobre as questões referentes ao assentamento: a apresentação de propostas; o encaminhamento de estratégias produtivas; a obtenção de recursos, assistência técnica, educação, saúde, transporte; enfim, questões referentes ao próprio funcionamento do assentamento.

Em poucos estudos, procura-se, mais do que isso, demonstrar que o espaço das organizações não se apresenta destituído de disputas, conflitos por interesses distintos e pela própria expressão do poder (ZIMMERMANN, op. cit.; D’INCAO, ROY, 1995). Neles, o interior das organizações é analisado, destacando-se as associações criadas no processo, as instâncias decisórias e, nelas, o nível de participação dos assentados, o grau de democratização e do acesso às informações.



Outro aspecto recorrente em estudos dessa natureza relaciona-se com a tradicional discussão sobre as formas de organização produtiva. Na maioria das experiências de assentamento, a forma de produção (coletiva ou individual) tem surgido como elemento indicador do acirramento nas disputas entre os grupos que naturalmente se formam nesse espaço. Sem buscar aqui o aprofundamento dessa discussão, observa-se que a liberdade dos agricultores é quase sempre destacada como preponderante nas decisões em favor da forma de produção individual. Por um lado, os ideais de construção de uma nova sociedade baseada no fortalecimento dos laços de solidariedade e de coletividade têm conduzido à proposição de modelos de produção coletiva que, por outro lado, materializam-se geralmente apenas nos primeiros anos de ocupação e, mais precisamente, no momento do acampamento<sup>11</sup>.

Deve-se destacar ainda que tal polaridade é refletida muitas vezes nas representações dos assentados, favorecendo a tipificação das associações pela perspectiva coletivista de organização sócio-produtiva preconizada pelo MST e, normalmente, por parte da Igreja Católica, por intermédio de seus agentes pastorais.

A utilização pelos assentados de um referencial de organização que absorva a coletividade é observada por Franco (op. cit.) quando destaca que “a idéia de um modelo a ser atingido existia em seus próprios discursos (dos assentados) e na forma como justificavam as peculiaridades de cada associação.” Já em Gomes (op cit.), a percepção sobre o trabalho em grupo pelos assentados aparece na realização de novas práticas e na reconstrução da subjetividade, o que exige “tempo, organização, paciência”<sup>12</sup>. No âmbito das associações, aponta para as diferentes formas de participação e envolvimento que se manifestam com base em distintos interesses. Alguns se envolviam em busca de “recursos”, outros para usufruírem “determinados serviços”. O funcionamento dessas organizações, portanto, é marcada pela desconstrução/reconstrução das práticas pelos atores envolvidos.

<sup>11</sup> Sobre as experiências com trabalho coletivo preconizada pela Igreja Católica, ver Esterci (1984) ou ainda Andrade (1992).

<sup>12</sup> Sobre o fator tempo, Zimmermann (1989, p. 169) afirma: “Se a Cooperação Agrícola não é um fim em si mesma (referindo-se aí aos procedimentos e etapas na sua adoção) e sim um meio para a consecução de objetivos econômicos e políticos, impõe-se um tempo de gestação onde ocorrerá o descobrir-se, o reconhecer-se e o fazer-se enquanto identidade coletiva”.

Como informa Kleba (1994, p. 138), o MST confere todos os anos “títulos aos assentamentos considerados modelares, a nível nacional e estadual”. A adoção de experiências de cooperação agrícola destaca-se como uma das mais importantes estratégias do MST, efetivamente a partir do ano de 1989, com os avanços conquistados no âmbito do cooperativismo em nível nacional – as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs)<sup>13</sup>.

A dimensão da organização interna nos assentamentos e, mais especificamente, as circunstâncias demarcadas pelo grau de participação e envolvimento dos assentados em suas organizações são explicadas por Ferrante et al., (1994, p. 76) segundo a perspectiva da construção de singularidades e não de uma identidade única. Nela, as dificuldades na construção de formas de cooperação encontram respostas na “singularidade desses trabalhadores” e no fato de essa construção ser “diferenciada em tempos distintos”, mostrando que “querer a terra, entrar na terra, viver na terra (...) nos mostra um caminho de múltiplas setas” (FERRANTE et al., 1994, p. 76). Ainda na análise da autora:

Identities são reconstruídas e desconstruídas no encontro das associações, nas desavenças, na criação de novos espaços de reuniões, na tentativa das mulheres criarem uma forma de sociabilidade grupal e assumirem o comando das reivindicações, na politização das disputas, nos vaís e vens que exigem um retrato constantemente modificado pelas experiências dos assentados, homens e mulheres (FERRANTE et al., 1994, p. 75).

O trabalho de Zimmermann (op. cit.) mostra que é efetivamente no plano da construção da luta que se articula uma identidade “em certa medida homogeneizadora”. É noutro plano, ou seja, no assentamento – uma “fase de redimensionamento da luta” e de tentativas de afirmação de formas de organização da produção –, que manifestam situações de desmobilização dos grupos; enfraquecimento dessa identidade e o afloramento das “especificidades” configuradas pela diferenciação pré-existente.

#### A relação com o Estado e outros mediadores

Além das observações sobre identidades que são construídas no enfrentamento de homens e mulheres com o Estado, como analisado anterior-

---

<sup>13</sup> As CPAs, ao contrário das demais formas, são “registradas como empresas cooperativas, podendo exercer atividades comerciais em seu próprio nome. São formadas, via de regra, por grupos superiores a vinte famílias, e possuem a terra e o trabalho sob jurisdição coletiva.” (KLEBA, 1994, p. 134).

mente, são comuns aquelas leituras que tratam da atuação desse ente como agente de conflitos e de diferenciação no interior dos assentamentos. Essa perspectiva parece ser a principal marca do estudo de Franco (1992), quando trata, dentre outros aspectos, do potencial da “política de alocação de recursos” desenvolvida pelo poder público e direcionada aos assentamentos. Os efeitos dessa política, conforme a autora, incidem diretamente sobre a conformação dos grupos e na própria organização dos assentados. Em suas palavras:

Os recursos vindos do Estado, ao recaírem sobre a teia de relações sociais presente no assentamento, tornaram-se um ‘capital político’ apropriado por certos grupos em detrimento de outros, interferindo diretamente no campo das forças em disputa (FRANCO, 1992, p. 204).

De certa forma, a relação entre o Estado e os assentados aparece marcada pelo posicionamento dos grupos diante do jogo de interesses configurados e experimentados nos momentos de negociação, principalmente naqueles anteriores ao assentamento definitivo, nas parcelas. Nem todos os grupos entram nesse jogo ocupando uma mesma posição. Situações e critérios distintos influenciam e marcam o processo de seleção até o parcelamento e definição final dos lotes, dando forma ao assentamento. Sobre essa questão, Borges (op. cit., p. 134), em seu estudo sobre o processo de luta na Fazenda Reunidas, no interior de São Paulo, aponta para o reconhecimento local conquistado pelo grupo de 44 famílias que ocuparam inicialmente o referido imóvel, desencadeando o assentamento definitivo de 600 famílias. O que esse estudo evidencia é que as famílias do “grupo das 44”, apesar de terem sido cadastradas pelo Estado, assim como as demais, foram “dispensadas” do processo de seleção por terem ocupado primeiramente a terra. O pioneirismo do grupo legitimou as famílias no direito ao lote sem passarem pelo processo de seleção, garantindo-lhes um posicionamento mais favorável e, portanto, distinto das demais no momento da negociação.

Nesse sentido, as análises sobre a relação entre o Estado e os assentados podem ser decompostas em duas situações recorrentes: a primeira vai do aparecimento do Estado no cenário da movimentação dos “sem-terra”, nas ocupações ou nas mobilizações, normalmente posteriores à expulsão e/ou conflito direto. A segunda situação corresponde ao momento em que as famílias já se encontram assentadas nos lotes, ocorrendo por meio das políticas de assentamento. Nesta última situação, quando se realizam o cadastramento, a

seleção, a demarcação e a liberação das parcelas, vê-se alterado o papel do Estado. De opositor na conquista da terra, transforma-se, agora, em organismo responsável pela implementação de políticas que favoreçam a permanência dos assentados, assegurando a viabilidade do(s) projeto(s).

Portanto, nessa passagem de sem terra para assentado ocorrem sensíveis alterações na interlocução com o poder público, evidenciando que a experiência proporcionada pela luta, vitórias e derrotas, dificuldades de acesso aos governantes, longas esperas, descaso, pressão, negociação, enfim, todo o aprendizado político resultante do processo de assentamento, permitem profundas mudanças nas formas de enfrentamento e interlocução entre os agricultores assentados e o Estado.

Após a conquista das parcelas, os grupos percebem que se encontram novamente na dependência de organismos do Estado, o que os fazem redefinir as estratégias de ação e reorientar as posições e interesses internos. Essa situação de dependência tende a empobrecer ou mesmo desmobilizar a organização e a continuidade da luta. Com isso, nesses casos, “rompe-se uma continuidade, o que é vivido como uma experiência negativa e descendente” (BORGES, op. cit. p. 213). Com as novas relações estabelecidas com o Estado na busca da obtenção de recursos ou outros benefícios, compromete-se a perspectiva coletivista já que “...o modelo de organização (e do que seja manter a “união”) não comporta uma diferenciação e disputas políticas como aquela que a negociação com o Estado, pela distribuição de recursos, produz” (BORGES, op. cit., p. 214).

Nessa leitura, Franco (op. cit.) mostra que na redefinição das relações com o Estado cria-se uma “tensão” entre a concepção (política) de assentamento, ou seja, de “conquista”, fruto de resistências e das demais formas de luta, para outra (técnica) em que aparece como “unidade administrativa”. Mas, a experiência acumulada na conquista da terra, marcada por interminável rotina de audiências, discussões com agentes do Estado, idas e vindas, vitórias e derrotas, informa que:

Uma pessoa não entra numa luta destas e sai igual ao que era antes. Os que lutaram adquiriram uma consciência de si mesmos enquanto grupo, da origem social de problemas antes vistos como individuais e, mais que isso, adquiriram consciência de que é possível lutar e conseguir algumas vitórias (PAULILO, 1990, p. 100).

Nessa nova relação com o poder público e no 'fazer-se' com singularidades dos já assentados, coexistem negociações e submissões, avanços e recuos. As negociações, mesmo que voltadas para questões imediatas, como crédito, transporte, educação, continuam a se materializar, diante do interesse dos agricultores assentados de reconstruírem-se como pequenos produtores, demandando recursos para o preparo da terra, infra-estrutura mínima para o início do trabalho produtivo e para o sustento das famílias até as colheitas.

Nesse aspecto, as situações de submissão às regras definidas e impostas pelo poder público como condição para o acesso às suas políticas conferem, aos agricultores assentados, particularidades na interlocução com o Estado, sinalizando para a crescente especificidade que tais atores assumem enquanto segmento da agricultura familiar demandante de políticas públicas (LEITE, 1992).

Outro aspecto que gradativamente encontra destaque em alguns estudos sobre a relação entre o processo de assentamento e o poder público diz respeito aos impactos causados pelos assentamentos nas realidades socioeconômica e política dos municípios onde foram criados (MEDEIROS; LEITE, 1999; LEITE, et al., 2004). A produção de alimentos em terras inexploradas ou pouco exploradas, a utilização do trabalho familiar, a geração de empregos no campo, a arrecadação de impostos, o crescimento do comércio, dentre outros aspectos, destacam-se em várias experiências, demonstrando que, de infratores e inimigos da ordem, os agricultores assentados transformam-se, em várias situações, em atores importantes no desenvolvimento de alguns territórios após a implantação do assentamento.

D'Aquino (1994), relatando os resultados de sua pesquisa, no assentamento da Fazenda Reunidas, em Promissão, SP, destaca em relação aos resultados produtivos positivos:

Toda essa produção reflete-se na economia do município, elevando a arrecadação de ICMS e movimentando o comércio, o que colocou o assentamento em evidência: jornais da capital e do interior têm destacado, desde 1993, que Promissão, uma cidade de 32.500 moradores, está passando por um momento de grande desenvolvimento e sensíveis melhoras na qualidade de vida da população (D'AQUINO, 1994, p. 239).

Com isso, altera-se o modo como o poder local visualiza a existência dos assentamentos, o que, num primeiro momento, legitima a experiência de

luta dos trabalhadores rurais. Em sua avaliação sobre o Assentamento Vitória, no estado do Paraná, Gomes (op. cit.) afirma:

(...) para os moradores, os agricultores do assentamento só passam a ser considerados quando dinamizam a economia local (...) Do início do assentamento, até 1989, tinham sido abertos três mercados e onze bares em Lindoeste. Essa dinamização levou (...) a que os comerciantes comentassem que 'tinha que sair mais áreas desapropriadas pra botar um assentamento como esse' (GOMES, op. cit. p. 226).

Rapchan (op. cit.), seguindo a mesma orientação, descreve que a rejeição dos que se tornaram assentados pelos moradores da cidade de Sumaré, SP, é alterada quando, além das transações econômicas, recebem visitas de políticos e candidatos (prefeitos e vereadores) em períodos de eleição.

No entanto, a alteração desse quadro não ocorre abruptamente. Torna-se necessário um tempo relativo à implantação do assentamento e alguma convivência com a cidade. O maior número de experiências por município, bem como a presença e a atuação dos mediadores, pode favorecer, em grande medida, o processo de legitimação e valorização dos assentados, mediante a visibilidade do trabalho e de outros aspectos da vida no interior dos assentamentos.

É assim, como exemplo, nas realizações de cerimônias religiosas, caminhadas e romarias, criando condições para visitas dos moradores da cidade aos assentamentos. Nesse aspecto, há o reconhecimento desse espaço como uma comunidade. As festas e demais eventos exercem um papel positivo por divulgarem regionalmente os assentamentos, representando "mais um canal" utilizado para se "transformar o estigma (de baderneiros, vagabundos, agitadores políticos e aproveitadores) em identidade positiva" (RAPCHAN, op. cit. p. 181).

Se os organismos do Estado apresentam-se como agentes externos cuja presença no campo de forças que integram os assentamentos exerce um papel fundamental no seu funcionamento e no conjunto das relações aí existentes, outros mediadores são igualmente apontados em diversas experiências. As mediações, nesse sentido, "podem ser pensadas como ações que tiram movimentos e grupos de sua dimensão local e particular e os relacionam a outras instâncias e grupos sociais" (MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p.19). Portanto, a presença e a atuação do mediador é tratada sob níveis de exterioridade/interioridade diferenciados, demonstrando que mediadores nem

sempre se comportam como agentes exclusivamente externos ou internos em relação aos grupos e à realidade dos assentamentos. Pelas características dessa realidade, analisar o papel dos mediadores “por atributos de um dever ser” (FERRANTE, 1994) acaba por se tornar um procedimento equivocado e incapaz de refletir a atuação desses atores.

Seja como for, a presença de assessores, de técnicos do Estado, de organizações não-governamentais (ONGs), de entidades representativas dos assentados, de agentes das pastorais, enfim, a presença desses mediadores (pessoas ou grupos) é, para alguns, peça fundamental no entendimento da “conformação da luta por terra, na constituição de novas identidades que se gestam nesse processo, na produção de visibilidade de movimentos, na busca de alianças, na estruturação de demandas, na organização econômica, social e política dos assentados” (MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p. 19).

Encontram espaço ainda as considerações sobre a polarização entre autonomia e heteronomia dos sujeitos no movimento de luta pela terra, na participação dos grupos e na conformação da sociabilidade nos assentamentos. Nelas, questionam-se os verdadeiros elementos motivadores das ações dos grupos. As ações são desnudadas e, nelas, identificada a presença dos outros. Como destaca Santos Filho (1988, p. 69), referindo-se, nesse caso, à forma como diferentes entidades de apoio apresentam a questão da violência no campo: “a construção da heteronomia, a instituição de realidades sociais específicas e a quebra da identidade negam e impedem a cidadania do trabalhador rural; obstaculiza a realização de seus projetos e a objetivação de sua vontade”.

Diante disso, em alguns casos, as mediações exercem níveis diferentes de controle sobre os grupos, algumas vezes traçando metas e/ou dirigindo suas ações. Isso significa que o papel de apoio, ou de representação dos mediadores, pode (consciente ou inconscientemente) se mostrar confuso ou, o que é pior, indicar que as práticas dos assentados nem sempre definem verdadeiramente os seus interesses e as suas vontades.

A partir da visualização das posições que tais mediações ocupam no campo de forças políticas que atuam na luta pela terra e, em específico, no assentamento (posições sujeitas a alterações no decorrer do processo), pode-se perceber “que a compreensão de seu perfil (mediação) só pode se dar no espectro das relações em que surgem e atuam”(MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p. 19).

Se por um lado a questão da mediação encontra-se marcada, muitas vezes, pela submissão e passividade, por outro evidenciam-se conflitos, rupturas ou até mesmo substituições de mediadores pelos grupos assistidos. Tal situação de confronto não é diferente nas relações de poder entre os próprios mediadores, seja no âmbito das propostas de ação junto aos grupos, seja nos embates discursivos e teóricos para assegurarem a representatividade e a direção deles.

No conjunto das reflexões sobre as mediações e identidades sociais, pode-se tomar como referência o estudo de Novaes (1987) que analisa a constituição de uma “identidade político/religiosa” junto dos trabalhadores rurais e o papel da Igreja Católica nesse processo, por intermédio de seus agentes, padres e bispos. Nessa direção, a autora demonstra que tais mediadores – ao recuperarem a religiosidade já existente junto aos trabalhadores – identificam novos conteúdos “reinterpretando a tradição” e favorecendo, a partir dessa atuação (mas não somente por meio dela), a emergência de “disposições de luta” e enfrentamento, “práticas e concepções” informadas pelo processo de construção da identidade político/religiosa (NOVAES, 1987, p. 304).

Em Gomes (op. cit.), as mediações aparecem como “instâncias”<sup>14</sup>. Essas instâncias representariam um dos elementos do conjunto de fatores que atuam na produção de subjetividades junto aos agricultores assentados. Nesse aspecto, as mediações aparecem como uma dessas instâncias, reforçando a idéia de que são incapazes de, isoladamente, responderem pela complexidade desse processo. Assim, as subjetividades que se criam nos assentamentos seriam resultantes de “uma relação de transversalidade de várias instâncias” aí envolvidas.<sup>15</sup>

Nos estudos citados anteriormente, e em específico no de Franco (op. cit.), a existência de “traços”, “valores” ou mesmo “visões” político-religiosas no perfil dos assistidos indica, no limite, mesmo considerando a importância do

<sup>14</sup> A utilização do termo ‘instâncias’ no lugar de mediações é justificada pela autora por acreditar que o primeiro pode conferir noções de “direção e intervenção” e ainda, sugerir uma visão hierarquizada, de quem organiza o movimento (GOMES, 1995, p. 72).

<sup>15</sup> Gomes (1995, p. 104) identifica como instâncias envolvidas: “os que lutam pela terra – os sem-terra –, os que se confrontam com eles – os órgãos do Estado, proprietários de terra, outros produtores, poderes locais –; os que se solidarizam e participam ativamente do processo – Igreja, sindicatos, lideranças políticas – bem como elementos inconscientes, marcas das experiências diferenciadas, tempos internos, não perceptíveis de imediato”.



contexto em que viviam os “colonos sem-terra”, que a presença dos mediadores favoreceu “... o descortinamento de uma nova realidade, onde os instrumentos interpretativos fornecidos pela Igreja Católica articulam colonos, confiando-lhes a missão de promover a justiça rompendo com as formas de exploração às quais eles mesmos estavam sujeitos” (FRANCO, 1992, p. 77). É nessa perspectiva que as ações dos assentados se realizam, ou seja, é nessa realidade transformada pelo apoio dos mediadores – e em especial de parte da Igreja Católica<sup>16</sup> – que os conflitos são visualizados, que se estruturam comportamentos, discursos, palavras de ordem, passeatas, romarias, ocupações. Nessa realidade povoam “mitos, ritos e símbolos” que recorrem, “construindo suas identidades coletivas” Costa (1993, p. 208). É nela que também se identificam os diálogos com outros setores da sociedade e se realiza a construção da luta exteriorizada nas formas de resistência, ou seja, nas pressões e negociações colocadas em curso durante o processo de assentamento.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado nas seções anteriores, vários aspectos relacionados às situações vivenciadas na luta pela terra e no processo de assentamento mostram-se como dimensões representativas das transformações ocorridas com a construção de um novo espaço de vida pelos assentados.

Nesses apontamentos, buscou-se o levantamento de algumas categorias analíticas comumente utilizadas em estudos cujo tema central tenha se pautado na análise do movimento dos trabalhadores rurais em direção à conquista da terra. Nesse sentido, refletiu-se acerca de categorias como ‘processo’, ‘resistência’, ‘experiência’ e ‘estranhamento’ e buscou-se a elucidação das mudanças desenvolvidas tanto internamente quanto externamente aos assentamentos e que possam auxiliar na compreensão das ações e dos comportamentos dos atores sociais nos diversos momentos desse movimento.

---

<sup>16</sup>Nem todos os segmentos da Igreja Católica (mesmo dentre aqueles considerados mais progressistas) podem ser reunidos num mesmo espectro de atuação no campo. “A diversidade se expressa na existência de diferentes organismos: Comissão Pastoral da Terra (CPT); Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Pastoral Rural e outros. A diferença se faz, fundamentalmente, pelas práticas em realidades diversas, com dificuldades específicas e algumas dessemelhanças no método de trabalho.” (COSTA, 1993, p. 49 e 50). Sobre a prática e atuação da Igreja Católica no campo ver também Novaes (1984) e Romano (1989).

Tais reflexões, no entanto, não ocorreram sem a atenção aos devidos pontos de apoio que norteiam essa discussão. Nelas, verificaram-se as leituras pautadas na perspectiva de afirmação da construção de identidades sociais a partir da experiência de luta, da elaboração de uma outra noção de direito à terra e do enfrentamento aos opositores. Ao mesmo tempo, visualizaram-se os aspectos apontados pela perspectiva de produção de diferentes subjetividades responsáveis pela conformação de singularidades nas ações dos envolvidos na luta pela terra.

Procurou-se perceber, nessas perspectivas, a forma como se realiza a identificação das questões referentes à heterogeneidade e à diferenciação existentes no processo de assentamento. Percebeu-se, inicialmente, que as motivações para a luta mostram-se influenciadas tanto pelas experiências anteriores e as trajetórias descritas quanto pelos diferentes interesses colocados em jogo em tempos distintos dessa luta. Os aspectos da organização interna, da mesma forma, indicaram a manifestação de situações conflitantes e a constituição de grupos distintos. Nessas situações, identificaram-se o tratamento conferido à participação dos mediadores, as relações estabelecidas com o Estado e com os demais atores e seus projetos para os assentamentos.

Ao demonstrar a sua complexidade, o conjunto de temas e assuntos descritos nessas reflexões permite a percepção da importância de se atentar para tais questões, ampliando o foco de análise sobre a conformação de identidades sociais e identificando as situações singulares que imprimem um papel fundamental nas escolhas e decisões normalmente enfrentadas na efetivação de estudos e proposições voltadas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais no País.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. de P. A coletivização da produção nos assentamentos de reforma agrária. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 142, nov./dez., 1992.

BORGES, M. S. L. **Terra, ponto de partida, ponto de chegada**: um estudo da identidade do trabalhador na luta pela terra. 1989. Dissertação (Mestrado)—UNESP, Araraquara, SP, 1989.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983.

CAZELLA, A. A. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola**: políticas conflitantes: o caso do assentamento 30 de outubro-SC, 1992. Dissertação (Mestrado)—CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro, 1992.

CHAVES, E. G. De invasor a posseiro: metamorfose de uma identidade. **Cadernos do Centro de Estudos da Cultura Popular**, Goiânia, v. 2, n. 2, 1987.

COSTA, C. B. da. **Vozes da Terra Indaiá**: “O Porto das Esperanças”- 1980/1990. 1993. Tese (Doutorado em História Social)—FFLCH-USP, São Paulo, 1993.

D’AQUINO, T. Nas terras da Promissão: da luta à construção do ‘lugar’. **Retratos de assentamentos**, Araraquara, SP, ano I, n. 1, Cadernos de Pesquisa, 1994. UPEDOR, Araraquara-SP, ano I, n.1, 1994.

D’INCAO, M. C. A experiência dos assentamentos rurais: contribuição ao debate político da reforma agrária. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 23, 1991.

D’INCAO M. C.; ROY, G. **Nós cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ESTERCI, N. (Org.). **Cooperativismo e coletivização no campo**: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: ISER: Marco Zero, 1984. (Cadernos do ISER).

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST no estado de São Paulo. 1995. Dissertação (Mestrado) – FFLCH-USP, São Paulo, 1995.

FERRANTE, V. L.B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, L.S de. et al. (Orgs). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994.

\_\_\_\_\_. O pulsar desritmado do coração da agroindústria paulista: em balanço, as lutas dos bóias-frias. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS TEMÁTICOS DO PIPSA, 15., 1990, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 1990.

FERRANTE, V. L. B., GUERRA, A. L. ; STETTER, E. A. ; MARIANO, M. N. ; MENDES, T. M; BARONE, L. A. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. I **Retratos de Assentamentos**, Araraquara - SP, Ano I, n. 1, Cadernos de Pesquisa, p. 75-148, 1994.

FERRANTE, V. L. B.; BERGAMASCO, S. M. A realidade multidimensional dos assentamentos rurais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16., 1992, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 1992.

F. F. Curado

FRANCO, M. C. P. **Xagu**: de sem terra a assentado: um estudo sobre a construção de identidades sociais no campo. 1992. Dissertação (Mestrado) UFRJ-IFCS, Rio de Janeiro, 1992.

GOMES, I. Z. **A Recriação da vida como obra de arte: no assentamento**: a desconstrução/reconstrução da subjetividade. 1995. Tese (Doutorado)— FFLCH-USP, São Paulo, 1995.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes: Fase, 1990.

KLEBA, J. B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamento de reforma agrária. **Reforma Agrária**, Campinas, SP, v. 24, n. 3, set/dez, 1994.

LEITE, S. P. Assentamentos rurais: modernidade ou atraso no campo brasileiro? **Democracia na Terra**, Rio de Janeiro, n. 6, jul/ago. 1992.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. S. [et al.] (Coord.). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, DF: IICA: NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS L. S. de; ESTERCI, N. Introdução. In: MEDEIROS, L. S.; ESTERCI, N.; BARBOSA, V. de, et al. (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994. p. 11-26.

MEDEIROS L.S. de ; LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS-CPDA, 1999.

NOVAES, R. R. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. 1987. Dissertação (Doutorado)-USP, São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, V. **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

PAULILO, M. I. O 'ser' e o 'deveria ser' no conceito da pequena produção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 28., Florianópolis, 1990. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 1990.

38 Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 23, n. 1, p. 11-39, jan./abr. 2006

Identidade social: unidade e singularidade na luta pela terra no Brasil

QUEIROZ, M. I. P.de. Relatos orais: do “Indizível” ao “Dizível”. In: VON SIMSON, O. de Moraes. (Org.) **Experimentos com Histórias de Vida**: Itália - Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

RAPCHAN, E. S. **De identidades e pessoas**: um estudo de caso sobre os sem terra de Sumaré. 1993. Dissertação (Mestrado)-USP, São Paulo, 1993.

ROMANO, J. O. As mediações na produção das práticas: o conceito de “*habitus*” na obra de Pierre Bourdieu. In: RIBEIRO, I (Org.) **Sociedade brasileira contemporânea**: família e valores. São Paulo: Loyola, 1987.

\_\_\_\_\_. Accion pastoral y lucha por la tierra. In: CONGRESSO ARGENTINO Y LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGIA RURAL, 2., 1989, Salta. **Resumos...** Salta: [s.n.], 1989.

SANTOS FILHO, J. dos R. Condição e resistência camponesa: práticas de construção e demolição da heteronomia da vontade do trabalhador rural. In: **Perspectivas, Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, 1988.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SPRANDEL, M. A. Conflitos em fronteiras internacionais: o caso dos chamados brasiguaios. **Reforma Agrária**, Campinas, SP, v. 23, n. 3, set./dez., 1993.

STROZAKE, J. O Poder Judiciário e os entraves à reforma agrária. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, n. 290, nov./dez., 1996.

TORRENS, J. C. **Alianças e conflitos na mediação política da luta pela terra no Paraná**: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: 1978/1990. 1992. Dissertação (Mestrado)-CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro, 1992.

ZIMMERMANN, N. de C. **Depois da terra, a conquista da cooperação**: um estudo do processo organizativo num assentamento de reforma agrária no RS. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-UnB, Brasília, 1989.